

DO CÉU AO INFERNO DA CRIATIVIDADE COLETIVA. ACÇÃO AUTÓNOMA, AMBIGUIDADES E A RECONSTRUÇÃO DAS HIERARQUIAS NA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917-18

FROM HEAVEN TO HELL. AUTONOMOUS ACTION, AMBIGUITIES AND THE RECONSTRUCTION OF HIERARCHIES IN THE RUSSIAN REVOLUTION

João Valente AGUIAR¹

Resumo: A criatividade corresponde a um processo social em que um conjunto diversificado de atores empreendem dinâmicas socialmente inovadoras, e onde desempenham um papel de protagonistas ativos. Nesse aspeto, a revolução russa de 1917-18 foi atravessada por um processo díspar e antagónico. Numa primeira fase, massas de trabalhadores urbanos desenvolveram formas sociais de organização coletiva inovadoras e criativas: os Comitês de Fábrica. Numa segunda fase, esse processo foi revertido brutalmente por via da passagem do controlo do processo económico de base (e protagonizado pelas bases de trabalhadores) para as mãos dos bolcheviques, neo-gestores estatais em formação. O artigo aborda como esse processo passou entre as duas fases referidas e de que forma a não resolução de contradições e desafios inerentes à primeira fase redundaram na penetração da hetero-organização bolchevique no quadro da auto-organização dos trabalhadores.

Palavras-chave: criatividade, gestores, Estado

Abstract: Creativity reflects a social process where a diversified set of social actors develop innovative social dynamics, and where they have an active role. In this way, the Russian Revolution of 1917-18 was crossed by an antagonistic process. In a earlier stage, masses of urban workers developed innovative and creative collective forms of social organization: the Factory Committees. At a later stage, the process was brutally reverted by the Bolsheviks, neo-managers in formation, where they turned to be masters of the economic process. The article describes the process between the two phases and how the non-resolution of the contradictions and crossroads presented at the earlier phase resulted in the penetration of Bolshevik hetero-organization amongst workers' self-organization.

Keywords: creativity; managers; State

I - A vaga dos comités de fábrica

A 23 de Fevereiro de 1917, milhares de domésticas e de operárias fabris furiosas com a falta de pão tomaram as ruas, ignorando os apelos dos líderes operários para que mantivessem a calma. No dia seguinte, 200 mil trabalhadores de Petrogrado entraram em greve. A 25 de Fevereiro contingentes gigantescos de manifestantes envolviam-se em confrontos com militares. Uma revolução tinha começado. No dia 27 de Fevereiro atingiu-se um ponto crítico, quando regimentos inteiros de soldados começaram a desertar para o lado dos insurgentes. (...) Entretanto, surgiu o Soviete de operários e soldados de Petrogrado, criando assim

¹ Doutor em Sociologia – Universidade do Porto. Pesquisador de pós-doutorado em Sociologia – Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Bolseiro FCT SFRH/BPD/85425/2012. E-mail: joaovalenteaguiar@gmail.com

uma situação extraordinária de poder dual. A 3 de Março o czar abdica (SMITH, 1983, p. 54).

Assim começa a revolução proletária na Rússia. Desse modo, a tese bolchevique de que a “verdadeira” revolução – a socialista – apenas teria começado em Novembro quando tomam o poder, apenas serve para esconder o motor anterior iniciado em Fevereiro: o aparecimento de organismos de poder operário nos locais de trabalho, órgãos esses que estiveram na base do derrube do czarismo. Intercambiando ruas e ocupação de fábricas, a classe trabalhadora naquele país desencadearia um processo político que, em diversos momentos, procurou desenvolver novas modalidades de organização da produção. Nesse sentido, há que realçar o poder devastador das ondas iniciais que em pouco tempo derrubaram um regime. Mas não foi só um regime político que esteve em causa. Com efeito, o Soviete de Petrogrado reflectia a existência de algo ainda mais profundo e vinculativo ao conjunto da classe trabalhadora em luta: a formação de comités de fábrica. Estes combinariam dois aspectos interligados. Uma rejeição dos representantes das anteriores classes dominantes. E a tentativa de criação de novas relações sociais. Sobre o primeiro repare-se nos seguintes breves exemplos. “Na fábrica Putilov o director e o seu adjunto foram assassinados por trabalhadores e os seus corpos atirados ao canal Obvodnyi; e cerca de 40 membros da direcção foram expulsos nos primeiros dias” (ibidem, p. 55). Na indústria naval pelo menos 60 membros da administração foram demitidos, transferidos ou expulsos. Na fábrica de cartuchos 80% do pessoal de supervisão e de gestão foram expulsos. Como se afirma no estudo que se está a seguir, “levar os administradores para fora da fábrica num carrinho de mão era uma forma de protesto estabelecida e recorrente no movimento operário russo” (ibidem, p. 56).

Mas a novidade não se encontrava somente do lado da expulsão de gestores das fábricas. De facto, a constituição de comités de trabalhadores eleitos e revogáveis pelos próprios trabalhadores de cada fábrica, e que correspondiam a directivas emanadas das assembleias de base, foi o dado mais visível do movimento de luta nos locais de trabalho. Nalgumas fábricas, logo desde o início de Março, todos os níveis da administração passaram a ser eleitos pela força de trabalho, reflectindo o sentimento dos trabalhadores de base. Com efeito, “os comités de fábrica lidavam com qualquer aspecto da vida” concreta da fábrica e dos trabalhadores. “Assuntos como o fornecimento de comida, a formação de milícias operárias, a arbitragem de disputas laborais, os intervalos para almoço, horas extra ou o clube cultural da fábrica” (ibidem, p. 85) passaram a ser geridos por comités de fábrica que, em diversos locais e durante o ano de 1917, eram emanações

directas e controladas pelas assembleias de trabalhadores. O sentimento geral era o de que “os comités eram considerados pelos trabalhadores como sendo as suas instituições – muito mais próximos do que os sindicatos ou os soviets, pelo que consequentemente eram mais populares” (ibidem).

A 2 de Abril de 1917 reúne-se uma conferência de comités de fábrica das indústrias militares de Petrogrado. Na resolução final surgem alguns pontos sobre o seu funcionamento.

“Do Comité de Fábrica deve emanar todas as instruções relativas a organização interna da fábrica, isto é, instruções relativas a horas de trabalho, salários, contratações e despedimentos, feriados, etc. Todo o pessoal administrativo (gestão e técnicos de todos os níveis) compromete-se a operar sob o consentimento do Comité de Fábrica que”, por sua vez, “tem de notificar os trabalhadores das suas decisões nas assembleias gerais (...). O Comité de Fábrica controla a actividade de gestão nos planos administrativo, económico e técnico (...)” (citado em BRINTON, 1975, p. 2).

Também em Junho se realizaria a primeira conferência de Comités de Fábrica de Petrogrado onde “336 dos 421 delegados proclamaram os Comités de Fábrica como ‘organizações de luta eleitas na base da democracia mais ampla e com uma liderança colectiva’. Os seus objectivos eram a ‘criação de novas condições do trabalho’. A resolução apelava para que ‘a organização do controlo minucioso pelo trabalho sobre a produção e a distribuição’ e para que ‘uma maioria proletária em todas as instituições tenham poder executivo’” (citado em ibidem, p. 5)

Nesse quadro, as aspirações dos trabalhadores pela aplicabilidade e difusão do princípio da revogabilidade eram uma decorrência da sua prática autónoma pela tentativa de estabelecer novas relações sociais. “Inicialmente, os comités de fábrica eram eleitos por um ano, mas após a Segunda Conferência [de Comités de Fábrica] ficou especificado que eles deveriam ser eleitos por apenas seis meses. Os comités de fábrica podiam ser revogados a qualquer momento e eram chamados a reportar as suas actividades às assembleias gerais pelo menos uma vez por mês” (SMITH, 1983, p. 204). Este combate pela expansão do princípio da revogabilidade constante dos delegados eleitos nos comités de fábrica residia no poder da base. Conforme escreveu um especialista que estudou a fundo o movimento dos comités de fábrica, “era a assembleia geral que passava resoluções sobre as questões políticas mais prementes ou que decidia sobre os assuntos importantes que afectavam cada empresa individual” (ibidem). Com efeito, os comités de fábrica “declaravam o seu direito de monitorizar a contratação e despedimento, de

supervisionar o funcionamento geral da fábrica, e intervinham em áreas tão diversas como o fornecimento de comida, a educação, a lei e a ordem. Na medida em que o poder do Estado era relativamente inefectivo, os comités tornaram-se uma parte central desse contra-estado que foi construído pelos trabalhadores entre Fevereiro e Outubro, e em nome do qual os bolcheviques tomariam o poder” (ibidem, p. 256). No fundo, é isto a auto-organização da classe trabalhadora: a (luta pela) criação de novas instituições construídas a partir de novos princípios de organização social. Os dados empíricos apresentados resumidamente demonstram a existência desse potencial de criação de novas instituições sociais. Mas porque a auto-organização não suplantou duravelmente os princípios da hetero-organização? O mesmo é dizer, de onde provém a hetero-organização?

II - Problemas e ambiguidades dos comités de fábrica

Apesar da auto-organização ter chegado a níveis elevados importa compreender que uma das suas dificuldades relacionou-se com a necessidade da construção de um processo de coordenação entre as várias fábricas e os vários comités de fábrica. Esse aspecto que, grosso modo coincidiu com a chegada dos bolcheviques ao poder de Estado, resultou na cisão entre uma prática deliberadamente autonomista e uma percepção subjectiva de esperança no Estado, pois caberia a este coordenar as várias unidades produtivas isoladas. Por conseguinte, “os comités de fábrica lançaram uma campanha para pressionar o governo a adoptar uma política mais vigorosa de nacionalizações. A Sexta Conferência dos Comités de Fábrica de Petrogrado passou uma resolução que pedia a transferência de todas as fábricas e minas para as mãos do Estado” (SMITH, 1983, p. 225). De acordo com essa mesma resolução, “os comités de fábrica devem tomar conta das empresas localmente e devem trabalhar sob a direcção do Conselho Superior da Economia Nacional” (citado em ibidem, p. 225) – o Vesenska.

Em paralelo, e sem beliscar a imponência das iniciativas de base, os números existentes consideram que “apenas 39% dos comités de fábrica operavam sob controlo operário. Assim, o controlo operário afectava apenas grandes unidades industriais e deixou intocada a maioria das empresas mais pequenas” (ibidem, p. 185). É pacífico assumir que nenhuma tendência social implica abarcar a totalidade de um determinado fenómeno social e político. Todavia, enquanto uma parte importante, mesmo que eventualmente minoritária, da classe economicamente explorada se mantiver apática,

tornam-se viáveis as possibilidades de se constituir uma base de apoio a dinâmicas de hetero-organização.

A montante deste tipo de deliberações ocorria um processo de perda do dinamismo da base, entregando tarefas aos comités eleitos. “De modo a implementar os objectivos do controlo operário, os comités começaram a desenvolver um grau de burocracia e autonomia da base para assegurar que as actividades práticas do dia-a-dia seriam deixadas à sua acção” (ibidem, p. 206). Este aspecto jogou no limbo do que Maurice Brinton considerou como as diferenças entre a gestão do processo de trabalho e o controlo operário. De acordo com este autor, “gerir é iniciar as decisões por si próprio, como uma pessoa ou uma colectividade soberana, em conhecimento completo de todos os factos relevantes. Controlar é supervisionar, inspecionar ou verificar decisões iniciadas por outros” (BRINTON, 1975, p. ii). Muito mais do que uma discussão conceptual esta é uma discussão política e prática profunda, pois sem a transformação do controlo numa derivação da gestão directa dos trabalhadores, a auto-organização da classe inevitavelmente esmorece. Quando tal ocorre abre-se um espaço que é preenchido por organizações estruturadas internamente, numa estrutura piramidal e que defendem um programa político de gradual regresso dos trabalhadores à mesma vida anterior à revolução, enquanto os profissionais da política tomam as decisões fundamentais de uma sociedade. Como o mesmo autor afirmou, “os meios de produção podem mudar de mãos (passando, por isso, das mãos privadas para as de uma burocracia, que colectivamente os possui) e não revolucionar as relações de produção” (ibidem, p. vii). O mesmo é dizer que o nó górdio das ambiguidades que estão em cima da mesa nos processos revolucionários que empreendem práticas de transformação das relações sociais passa pela seguinte equação:

se a dominância do colectivo social sobre a produção se desenvolve, sendo a apropriação e a gestão cada vez mais directas e maciças, então a lei fundamental do novo modo de produção realiza-se efectivamente e assimila a si toda a estrutura [da sociedade]. Mas, se se desenvolve a existência dos intermediários nessa apropriação e nessa gestão, e se esses intermediários se reproduzem enquanto tais, constituindo-se em grupo social estável e consolidando a sua posição particular relativamente à produção e o seu poder político, então constituem-se como classe proprietária dos meios de produção e gestora do processo de produção, e inaugura-se uma forma de irrealização da lei da dominação social sobre a produção, o que tem como resultado, a partir dessa reinversão dos termos da contradição política, a reestruturação do antigo modo de produção (BERNARDO, 1974, p. 91).

Naquele cenário de progressiva desaceleração da auto-organização da classe trabalhadora, a antiga burguesia proprietária procurou utilizar a concessão de determinadas reivindicações para tentar enquadrar o movimento. Nesse sentido terão sido quatro as concessões acordadas por sectores do patronato de forma a reduzir o ímpeto das lutas sociais: “aumentos imediatos e reconhecíveis dos salários; dia de oito horas de trabalho; reconhecimento dos comités de fábrica e dos sindicatos; estabelecimento de câmaras de conciliamento” (SMITH, 1983, p; 76) e de arbitragem laboral. Ainda de acordo com o estudo minucioso de Smith, o desejo de cedência de reivindicações era compreensível já que os patrões concebiam e aspiravam a que os comités de fábrica se tornassem

“parte de um esquema de um sistema constitucional de relações laborais. Naquele tempo, havia boas perspectivas para se pensar que os comités de fábrica poderiam encorajar a ordem nas fábricas, ao actuarem como válvulas de escape para o crescendo explosivo de queixas do chão da fábrica. Isto é visível no acordo entre a SFWO [associação patronal russa da indústria e da construção civil] e o Soviete [de Petrogrado] de 10 de Março, onde os industriais viam” e esperavam que os comités de fábrica se comportassem como uma versão próxima do corporativismo. Numa circular sobre o acordo, a SFWO enfatizou a necessidade de os trabalhadores fazerem “uma escolha cuidadosa das pessoas que são capazes de manter boas relações entre ambos os lados” (ibidem, p. 78).

Porém, não passou da fase exploratória este primeiro ensaio de corporativismo ancorado nas esperanças de recuperação dos comités de fábrica para arbitrar conflitos entre administrações depostas e trabalhadores que tinham participado em lutas sociais. Da parte das anteriores classes dominantes, era notória a ausência daquela flexibilidade táctica que caracterizaria os capitalistas mais lúcidos das economias mais desenvolvidas. De acordo com os relatos de então “a maioria dos patrões resistiu ao estilo mais ambicioso do controlo operário, e preferiram fechar as suas fábricas em vez de se submeter” (ibidem, p. 259) aos comités de fábrica. Isto é, “alguns patrões ficaram exasperados com o que acreditavam ser um liberalismo excessivo da legislação, mas a maioria tentou colocá-lo em prática. Contudo, os trabalhadores não estavam preparados para ter as suas mãos amarradas pela nova lei. A maioria dos comités de Petrogrado já então operavam num mandato muito mais vasto do que o permitido pela lei, o que os levou a ignorar o acordo” (ibidem, p. 79). A parte final desta citação chama a atenção para as coordenadas concretas com que as lutas sociais urbanas se desenvolveram em 1917 e 1918 na Rússia. Se estas lutas eram caracterizadas por um processo interno de erosão gradual de perda da

autonomia inicial, elas eram ainda demasiado poderosas para serem apropriadas num registo reformista de negociação entre patrões e sindicatos.

Verificou-se que a burguesia privada e proprietária proveniente do regime czarista não conseguiria levar a cabo esse corporativismo nem abaixar a intensidade das lutas. Quem melhor aproveitaria as ambiguidades do movimento seriam os bolcheviques. No decorrer de 1918 inaugurar-se-ia um processo pioneiro de apropriação e recuperação institucional de lutas sociais a uma escala quase continental por parte de uma organização política proveniente da esquerda do movimento operário. Doravante não bastaria ao proletariado lutar contra a classe dominante deposta. A fecundação de novos líderes plenipotenciários dentro do território político que se auto-considerava como interno aos interesses da classe trabalhadora surgiu como um dos legados duradouros (e perniciosos) da revolução de 1917-18.

III – Os bolcheviques e os comités de fábrica

No I Congresso da Internacional Comunista, realizado em Março de 1919, Lénine proclamou que “só a democracia soviética ou proletária conduz na prática a este objectivo [de igualdade e liberdade], porque, chamando as organizações de massas dos trabalhadores à participação permanente e necessária na administração do Estado, começa a preparar imediatamente a extinção completa de todo o Estado” (LÉNINE, 4 de Março de 1919, p. 83). Com a ambiguidade e o equilibrismo que sempre caracterizaram os seus discursos, Lénine oscila entre o discurso em prol da “participação permanente e necessária” para a “extinção completa de todo o Estado” e as “organizações de massas dos trabalhadores” que, ao fim e ao cabo, eram quem deveriam participar na administração da instituição política que afinal não era para ser extinta: o Estado. As passagens de Lénine sobre o assunto são ambíguas e esquivas e contêm sempre elementos que uma leitura selectiva tanto pode vislumbrar um elogio da auto-organização como pode considerar a estatização da economia sinónima da criação de instituições autónomas. Este modo de organização do discurso não se afirma apenas no terreno semântico-narrativo mas é um sintoma da colagem da ascensão de uma nova classe dominante por dentro do corpo das lutas sociais.

Um outro exemplo é patente num texto do início de 1918 onde em duas páginas de diferença Lénine consegue defender, em palavras, a auto-organização e o seu contrário. Referindo-se às tarefas do processo revolucionário russo, Lénine revela que

uma das mais importantes tarefas, senão a mais importante, é desenvolver tão amplamente quanto possível esta iniciativa independente dos operários e de todos os trabalhadores e explorados em geral na obra criadora do trabalho organizativo. Custe o que custar é preciso destruir o velho preconceito absurdo, selvagem, infame e odioso, de que só as chamadas “classes superiores”, só os ricos ou os que passaram pela escola das classes ricas, podem administrar o Estado, dirigir a construção organizativa da sociedade socialista (LÉNINE, 6-9 de Janeiro de 1918, p. 443).

Duas páginas depois, o líder bolchevique remata epistolarmente a questão: “não é possível prescindir do conselho, das directivas das pessoas instruídas, dos intelectuais, dos especialistas” (ibidem, p. 445).

Mas as ambiguidades do discurso de Lénine vão mais longe e num importante trecho anterior à tomada do poder sobre a defesa do slogan “poder aos Sovietes” poder-se-á retirar a questão que me parece fundamental para a discussão:

“O poder aos Sovietes” significa uma transformação radical de todo o velho aparelho de Estado, deste aparelho burocrático que entrava tudo quanto é democrático, a eliminação deste aparelho e a sua substituição pelo aparelho novo, popular, isto é, verdadeiramente democrático, dos Sovietes, isto é, da maioria organizada e armada do povo, dos operários, dos soldados, dos camponeses, a concessão da iniciativa e da autonomia à maioria do povo não só na eleição dos deputados mas também na administração do Estado, na realização de reformas e transformações (LÉNINE, 27 de Setembro de 1917, p. 202).

Como se viu anteriormente, Lénine evoca repetidamente palavras de ordem que se colam a temas autonomistas. Mas ao mesmo tempo que Lénine defende a “eliminação deste aparelho” de Estado e a “concessão da iniciativa e da autonomia à maioria do povo”, Lénine trata sempre de lembrar que seria necessária uma “substituição” de actores no aparelho de Estado; e que a autonomia concedida à classe explorada se foca no plano da “eleição dos deputados” dos Sovietes e na “administração do Estado”. Isto é, trata-se aqui de uma gramática política que coloca acima de tudo o princípio da rotação de elites, onde os auto-proclamados fiéis representantes do proletariado são eleitos. E onde a persistência de uma instituição verticalizada e monopolizadora do poder – o Estado – deve ser encarada como uma componente essencial no processo político. Nesse sentido, o que no capitalismo liberal era considerado como estrutural, na construção do socialismo já seria considerado um mero objecto de eleição de deputados vermelhos e de circulação de novos administradores do Estado. Por outras palavras, onde no Estado burguês era irrelevante

quem estava no poder, no Estado socialista a abordagem constitui-se na óptica da circulação de novos dirigentes.

Esta maleabilidade conceptual antagónica permite que os bolcheviques apresentem o novo Estado socialista como uma concretização de todos os trabalhadores, independentemente de quem realmente passaria a tomar as decisões relativamente à vida social, económica e política. E independentemente da persistência e aprofundamento da estrutura vertical estatal com a chegada dos bolcheviques ao poder. Mas esta maleabilidade também permite ir colocando a estatização da economia no centro do processo político, substituindo progressivamente as aspirações de base corporizadas no início da revolução. Nos interstícios das ambiguidades da auto-organização, o Partido Bolchevique ia semeando a transformação da propriedade colectiva em propriedade do Estado operário.

A este título, é importante observar que o controlo operário era concebido como antecâmara das nacionalizações/estatizações. A ideia de Lénine acerca do controlo operário foi sempre colocada enquanto “meio de prevenir o colapso” da economia e um “prelúdio das nacionalizações”.

“Devemos, de uma vez por todas, preparar o Soviete de Delegados dos Trabalhadores, o Soviete de Delegados dos Empregados Bancários, etc. para proceder pela adopção de medidas verosímeis e praticáveis para juntar todos os bancos num único banco nacional”, consistindo o processo num prévio “estabelecimento do controlo pelos Sovietes sobre os bancos e depois pela sua nacionalização” (LÉNINE citado em BRINTON, 1975, p. 3).

Por outras palavras, os organismos de base eram perspectivados como meras entidades preparatórias do controlo da economia pelo Estado. Nas palavras de Carr, “como primeiro passo os soviets deveriam controlar ‘a produção e distribuição social’. Através das vicissitudes do verão de 1917, Lénine gradualmente assegurou a adesão dos seus seguidores partidários ao seu programa” (CARR, 1979, p. 4). A estatização avançaria por cima do terreno lavrado pelas lutas autónomas. A estatização avançaria e seria contributo decisivo para erodir o primeiro impacto das lutas autónomas. Esta posição assente na substituição e no carácter provisório dos comités de fábrica já era visível antes mesmo de os bolcheviques tomarem o poder. O caso do papel a conferir aos sindicatos é particularmente ilustrativo. Por exemplo, numa Conferência de Sindicatos de Petrogrado em Junho de 1917, uma resolução apresentada pelos bolcheviques estipulava que

os comités de fábrica eram relegados para um papel observador das “leis em defesa do trabalho e que os acordos colectivos dos sindicatos eram cumpridos”. Os comités de fábrica deveriam apelar à entrada de todos os trabalhadores da empresa para o sindicato. Aqueles deveriam “trabalhar para reforçar e estender os sindicatos, contribuir para a unidade da sua acção de luta” e “aumentar a autoridade dos sindicatos aos olhos dos trabalhadores desorganizados” (BRINTON, 1975, p. 5-6).

Em consonância, “os comités deveriam ser eleitos na base das listas preparadas pelos sindicatos” (ibidem, p. 6). As teses apresentadas pelos bolcheviques defendiam que as comissões de controlo económico deveriam estar ligadas à administração central dos sindicatos. O aviso ficou feito. Tanto assim foi que em Janeiro de 1918, o I Congresso dos Sindicatos de Toda a Rússia “com uma maioria esmagadora de bolcheviques, votou pela transformação dos comités de fábrica em órgãos dos sindicatos” (ibidem, p. 32). Mas não ficaram sozinhos. “Os delegados mencheviques e SR’s votaram com os bolcheviques uma resolução proclamando que a ‘centralização do controlo operário era uma tarefa dos sindicatos’” (ibidem).

Na infelizmente esquecida obra de Maurice Brinton a referida resolução é citada e encontram-se testemunhos vivos do objectivo de substituir os organismos autónomos da classe trabalhadora pelos sindicatos controlados pelos bolcheviques e pelo aparelho de Estado. Segundo a resolução aprovada “não é da competência dos órgãos mais baixos do controlo operário ficarem responsáveis pela função do controlo financeiro (...). Isto deve ficar com os órgãos superiores de controlo, com o aparelho geral de gestão, com o Conselho Supremo da Economia Nacional. Na esfera financeira, tudo deve ficar para os órgãos superiores do controlo operário” (ibidem). E concluía, “aos trabalhadores das empresas individuais não deve ser deixado o direito de tomar decisões finais em questões relativas à existência da empresa” (ibidem).

Edward Carr, um historiador insuspeito de simpatias pelas iniciativas de base assinalou prescientemente que

o congresso não teve dificuldade em chamar os comités de fábrica à ordem, sob o argumento de que o interesse particular de um pequeno grupo de trabalhadores se deveria submeter ao interesse geral do proletariado como um todo. Apenas uns poucos delegados anarquistas se opuseram à decisão de converter os comités em órgãos dos sindicatos. Aqui também o princípio da centralização da autoridade, disperso pela revolução, estava já em andamento (CARR, 1979, p. 26).

Tendo em vista as posições bolcheviques vale a pena observar mais de perto os comités de fábrica à luz dos propósitos estatistas dos bolcheviques. No dia imediatamente

a seguir à tomada do poder pelos bolcheviques, no Segundo Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, um orador bolchevique tratará de anunciar o que realmente iria significar doravante o poder do seu partido. Numa daquelas declarações que passam relativamente despercebidas à época, porque parecem implausíveis, o tom para o processo revolucionário subsequente estava dado:

novas leis relativas ao controlo operário serão proclamadas dentro de poucos dias. Uma das mais importantes irá lidar com o controlo operário da produção e com o regresso da indústria à normalidade. As greves e manifestações em Petrogrado são prejudiciais. Nós pedimos-vos para colocarem um ponto final em todas as greves económicas e políticas, para voltarem ao trabalho e para o prosseguirem de uma forma perfeitamente ordeira (...). Cada homem para a sua posição. A melhor forma de apoiar o Governo Soviético [que tinha tomado o poder no dia anterior] nestes dias é prosseguir no trabalho de cada um (citado por BRINTON, 1975, p. 15).

De facto, o “Projecto de regulamento sobre o controlo operário” escrito por Lénine nesse mesmo dia 8 de Novembro de 1917, no calendário ocidental, reproduzia o esquema de dar a entender uma coisa colocando o seu objectivo escondido nas entrelinhas. Como quase sempre à época, Lénine menciona que

exercerão o controlo operário todos os operários e empregados da empresa, quer directamente, se a empresa é tão pequena e isto é possível, quer através dos seus representantes eleitos, que devem ser eleitos imediatamente em assembleias gerais com acta das eleições e a comunicação do nome dos eleitos ao governo e aos Sovietes locais de deputados operários, soldados e camponeses (LÉNINE, 26 de Outubro de 1917, p. 408).

Depois de ter afirmado explicitamente o controlo das empresas pelos trabalhadores, Lénine começou a lançar excepções que mais não são do que a colocação da última palavra administrativa e política nas mãos do Estado central. Como primeira excepção, o líder bolchevique reitera que “fica absolutamente proibida a suspensão do trabalho numa empresa ou de uma produção de importância nacional (ver nº7)”. O que diriam os actuais herdeiros do leninismo se um qualquer governo se lembrasse de proibir as greves em empresas que eles tivessem a discricção de considerar como de “importância nacional”?

No plano micro de cada empresa, o mesmo projecto de regulamento estabelecia que “as decisões dos representantes eleitos dos operários e empregados são obrigatórias para os proprietários das empresas e só podem ser anuladas pelos sindicatos e pelos congressos sindicais” (ibidem). Tratava-se no fundo de, dentro do habitual esquema

discursivo, aceitar que os organismos de base desalojassem parte relevante das antigas classes dominantes dos seus postos nas empresas mas de, na mesma frase, lembrar que as decisões da base podiam ser “anuladas pelos sindicatos e pelos congressos sindicais”. Com efeito, acima do poder na base estava sempre o poder do topo. E assim se iam perspectivando as vias de integrar e esvaziar a dinâmica dos comités de fábrica em prol da sua subordinação – abertamente assumida – aos órgãos estatais que, na óptica leninista, deveriam deter a última palavra nas decisões a tomar. Este projecto de regulamento terminaria com mais uma disposição que confirma esta postura de transferência do poder da base para o Estado a controlar pelos bolcheviques. Como trata de lembrar um dos pontos finais do projecto de regulamento,

“(…) todos os representantes eleitos dos operários e empregados, eleitos para exercerem o controlo operário, são declarados responsáveis perante o Estado pela mais rigorosa ordem, disciplina e conservação dos bens”. No fundo, o que a burguesia proprietária não tinha conseguido no início da revolução relativamente à transformação dos comités de fábrica em organismos de regulação dos conflitos laborais, Lénine tratava de recuperar esse tema, ou não fossem os bolcheviques zelosos e competentes candidatos a construir uma moderna classe de gestores para o contexto russo de então. Aliás, na visão de Lénine não bastava subordinar os comités de fábrica mas os operários eleitos ainda deveriam responder ao Estado relativamente à “ordem» e à “disciplina” nas fábricas. Foi neste contexto político de afrontamento aos organismos de base – subreptício nos discursos e violento na prática – que o novo governo proibirá a convocação de um congresso nacional de comités de fábrica (BRINTON, 1975, p. 19)

e sob o pretexto das empresas de importância nacional e da manutenção de uma disciplina de ferro – a tal “rigorosa ordem e disciplina” de que falava Lénine – o controlo operário nos caminhos-de-ferro foi proibido em Março de 1918.

A política bolchevique de ataque aos comités de fábrica é anterior à própria derrota da revolução alemã e anterior à guerra civil, dois dos pretextos com que alguns adeptos do leninismo utilizam para desculpar as práticas do Partido Bolchevique.

IV - O ponto de viragem

Apesar da habilidosa dualidade discursiva, não foi nesse plano que os bolcheviques conseguiram promover um vector de hetero-organização das lutas sociais. Nesse sentido, foi no seu conjunto de práticas que o Partido Bolchevique pôde explorar as ambiguidades do movimento dos comités de fábrica. Do ponto de vista aqui exposto,

só se poderá compreender a organização da desorganização pelos bolcheviques se se levar em consideração que o avanço dos bolcheviques só foi possível porque o movimento de base (a auto-organização) estava enredado em ambiguidades práticas e ideológicas (vd. Secção II) e, por isso, ia perdendo fôlego. Isso é que explica que o avanço dos bolcheviques na consolidação do seu poder tenha sido recebido com um misto de desapontamento e apatia e menos com uma contestação vigorosa como a que tinha caracterizado o movimento de base no ano de 1917. “As esperanças exaltadas libertadas pela insurreição de Outubro duraram até ao início de 1918. A partir de então, sinais de desilusão na classe trabalhadora com o regime começaram a crescer” (SMITH, 1983, p. 246).

Assim, o período que assinalou a superiorização de forças dos bolcheviques sobre a auto-organização dos trabalhadores ocorreria entre Novembro de 1917 e Março de 1918. Este ponto de viragem foi tanto o momento de avanço irresistível dos bolcheviques no aparelho de Estado como foi o momento de perda de força do movimento de base. O recuo da auto-organização nunca se desliga do avanço da hetero-organização. Apesar de ter ocorrido um volte-face de quem realmente passaria a deter a iniciativa política importa sublinhar que esta viragem não ocorreu de modo harmonioso.

Naquela conjuntura conturbada “a Tcheka estava crescentemente ocupada com os arredondamentos para cima dos oponentes activos do regime. Em Abril de 1918 várias centenas de anarquistas foram presos em Moscovo; em Julho a Tcheka foi chamada para suprimir uma tentativa de golpe de Estado pelos socialistas-revolucionários que assassinaram o embaixador alemão – aparentemente em protesto contra o tratado de Brest-Litovsk. Durante o verão de 1918 dois proeminentes líderes bolcheviques foram assassinados em Petrogrado e, em Moscovo, Lénine seria atingido por tiros” (CARR, 1979, p. 20). Para além dos eventos mais belicosos – e que uma leitura do excerto de Carr já denuncia uma vantagem dos bolcheviques sobre as diferentes oposições socialistas – ocorreu uma progressiva institucionalização do poder bolchevique, especialmente na esfera do Estado. Como será analisado seguidamente, 1) a constituição do Conselho Supremo da Economia Nacional; 2) o arranque das nacionalizações; 3) o VII Congresso do Partido Bolchevique, onde os comunistas de esquerda seriam derrotados e atacados, culminariam, no seu conjunto, na 4) assinatura do Tratado de Paz de Brest-Litovsk.

De facto, a institucionalização do controlo bolchevique sobre a economia e a luta política do partido de Lénine contra a expansão do processo revolucionário interno (os organismos de base nas fábricas) e externo (as lutas no resto da Europa) foram anteriores

à guerra civil. Mas veja-se, com algum detalhe, como se processou a criação de condições institucionais para a vitória da hetero-organização conduzida pelos bolcheviques.

Em Dezembro de 1917 foi criado o Conselho Supremo da Economia Nacional (Vesenka),

aos quais foram atribuídas as tarefas de preparar “um plano para a organização da vida económica do país e dos recursos financeiros do governo”. O Vesenka tinha de “dirigir de modo uniforme” as actividades de todas as autoridades económicas existentes, centrais e locais, incluindo o Conselho do Controlo Operário de Toda a Rússia. Tinha também de estar “ligado ao Conselho de Comissários do Povo” (ele próprio constituído inteiramente por membros do Partido Bolchevique). A composição do Vesenka era instrutiva. Ele compreendia alguns poucos membros do Conselho do Controlo Operário de Toda a Rússia (já de si uma via muito indirecta relativamente aos Comitês de Fábrica), e uma representação massiva de todos os novos Comissariados [o equivalente a ministérios governamentais] e de especialistas, nomeados a partir de cima por uma “capacidade consultiva” (BRINTON, 1975, p. 21-22).

A citação é longa mas tem o mérito de descrever dois vectores relativos à constituição de uma entidade estatal ao nível central. De um lado, a constituição do Vesenka reflectia o processo de formação de uma nova classe dos gestores a partir do Estado. De outro, o Vesenka foi criado como instância de crescente subordinação dos comitês de fábrica relativamente ao novo aparelho de Estado em construção. Naturalmente, a sua institucionalização não dependeu apenas do propósito dos bolcheviques em centralizar e controlar a economia a partir de um ponto central, qual alavanca de Arquimedes sobre o tecido económico russo. De facto, o Vesenka também foi possível por via das ambiguidades ideológicas do movimento de base relativamente à confusão entre a necessidade de coordenação entre as várias fábricas e a materialização subjectiva de que essa coordenação teria de ser feita por um aparelho centralizado e sem qualquer controlo e gestão directa por parte dos trabalhadores. Carr dá conta dos dois vectores quando comenta a situação imediatamente subsequente à grande viragem do primeiro trimestre:

na indústria, pode-se dizer que o comunismo de guerra começou com um decreto de 28 de Junho de 1918, nacionalizando cada importante categoria da indústria. Isto parece ter sido inspirado parcialmente pela ameaça crescente da guerra civil, parcialmente pelo desejo de prevenir as tomadas espontâneas de fábricas pelos trabalhadores sem o conhecimento ou autorização do Vesenka (CARR, 1979, p. 23).

Não é aleatório o facto de que o avanço na estatização da economia tenha sido coincidente com a cada vez menos frequente reunião e funcionamento dos organismos criados espontaneamente pelos trabalhadores. Até o historiador leninista Charles Bettelheim dava conta desse processo:

não apenas os congressos de soviets se reuniam menos frequentemente, mas a sua autoridade foi reduzida. Depois de Julho de 1918 os responsáveis do Conselho Executivo dos Sovietes e do Conselho de Comissários do Povo deixaram de apresentar relatórios ao congresso sobre as actividades dos órgãos aos quais presidiam: previamente, esses relatórios tinham de ser discutidos e ratificados em congresso” (BETTELHEIM, 1976, p. 256).

Como sempre, os bolcheviques apresentavam resposta para as críticas que iam sendo alvo da extrema-esquerda. Assim sendo, surgiu a tese de que o desenvolvimento dos soviets e do poder de base seria incipiente: “o Poder Soviético é um novo tipo de Estado sem burocracia, sem polícia, sem exército permanente (...). Na Rússia apenas se iniciou essa obra, e iniciou-se mal” (LÉNINE, 7 de Março de 1918, p. 527). Como o desenvolvimento da dinâmica de base seria incipiente, haveria que reforçar o Estado para educar os trabalhadores: disciplina para educar as massas: “dedicai-vos à autodisciplina, submetei-vos a todo o custo, para que haja uma ordem exemplar, para que os operários (...) aprendam a lutar” (ibidem, p. 509). De facto, é bizarro que no momento em que mais era necessário promover a expansão do controlo e da gestão operária pela base, os bolcheviques tivessem multiplicado acções e comunicados tendo como meta direccionar o processo no sentido contrário.

Entretanto, no início de Março de 1918 realiza-se o 7º Congresso do Partido Bolchevique para discutir a resposta dada por esse partido no Tratado de Paz de Brest-Litovsk. Mas aquele também foi o congresso do fim do debate entre os comunistas de esquerda e os leninistas. Recorro novamente a um historiador de orientação leninista para dar conta dos resultados hoje esquecidos de que houve uma corrente comunista à esquerda do leninismo.

O 7º Congresso condenou a linha dos “comunistas de esquerda” e declarou-se favorável às medidas propostas por Lénine. Depois deste congresso, as forças da organização partidária que até então tinha estado à disposição dos “comunistas de esquerda” colapsaram muito rapidamente – parcialmente como resultado de medidas administrativas, transferências de quadros e por aí fora (BETTELHEIM, 1976, p. 376).

É pena que Bettelheim não tenha ido “por aí fora” e a especificação tenha ficado vaga. Mas não é difícil de imaginar o sucedido.

Com efeito, Bettelheim reconhece que as atitudes dos comunistas de esquerda “reflectiam indubitavelmente as aspirações de parte da base operária do partido. Não foi certamente sem acidente que foi em Moscovo, em Petrogrado e na região dos Urais – isto é, nos maiores centros industriais – que os ‘comunistas de esquerda’ encontravam o seu maior apoio” (BETTELHEIM, 1976, p. 377). É, portanto, desde o início de 1918 que surgem as críticas à orientação capitalista e estatista da direcção do Partido Bolchevique. A este propósito, leia-se parte da proclamação de Ossinsky na publicação *Kommunist* contra a marcha estatizante.

Nós não defendemos o ponto de vista da “construção do socialismo sob a direcção dos trusts”. Nós defendemos o ponto de vista da construção da sociedade proletária pela criatividade de classe dos próprios trabalhadores, não pelos patriarcas dos “capitães da indústria”. (...) O socialismo e a organização socialista têm de ser estabelecidos pelo próprio proletariado, ou ele não será estabelecido de maneira nenhuma; outra coisa será construída no seu lugar – o capitalismo de Estado (VV AA, 2005, p. 40).

A compreensão do que se estava a passar naquele contexto não chegou para evitar a expansão das lógicas desorganizadoras dos organismos de base da classe trabalhadora.

Nesse sentido, os obstáculos encontrados ao desenvolvimento do movimento autónomo explanaram-se em dois grandes planos. No plano especificamente social, as ambiguidades do próprio movimento de base e a notável capacidade organizativa e política dos bolcheviques na utilização da contestação social contra o regime czarista, contra a guerra e contra a antiga classe dominante para forjarem um novo regime social e político. A capacidade política foi tão notável que inauguraram historicamente um processo de hetero-organização dos temas e das práticas autónomas da classe explorada, que passou pela manutenção de uma terminologia socialista (soviets, comunismo, direitos dos trabalhadores, etc.) para salvaguardar uma realidade objectiva totalmente oposta, baseada na exploração económica a partir do Estado. Este foi o plano social propriamente dito.

Porém, o plano social não se expressa unicamente numa valência nacional mas interage com a conjuntura em seu redor. Ora, entre 1916 e 1921, a Europa viveu um processo revolucionário absolutamente interligado (1916-21).

O que sucedeu de 1916 até 1921 foi um processo revolucionário único, à escala europeia e com repercussões nos Estados Unidos, que opôs o internacionalismo dos trabalhadores ao nacionalismo das classes dominantes. A insurreição bolchevista foi um mero episódio, que se distinguiu apenas por um detalhe – ter vencido. Mas o declínio do movimento internacionalista e a evolução posterior das lutas sociais converteram numa profunda derrota aquela vitória inicial dos trabalhadores russos. Aliás, o facto de uma revolução que começara ultrapassando as fronteiras ter triunfado apenas num país contribuiu decisivamente para desarticular o movimento. Ao ocuparem o poder de Estado e implantarem uma economia estatal, os bolchevistas abandonaram muito rapidamente a perspectiva do internacionalismo e passaram a defender interesses nacionais russos. A inversão da revolução e a desagregação do impulso internacionalista são as responsáveis pela deturpação dos acontecimentos daquela época, já que geralmente a revolução bolchevista é apresentada pelos historiadores como exclusivamente russa, e as insurreições militares são reduzidas a episódios isolados e votadas a um esquecimento tanto mais deliberado quanto é ajudado pelo segredo dos arquivos. Mas o contraste com os anos que se seguiram só pode ser entendido por quem tiver em conta o carácter internacional do processo ocorrido entre 1916 e 1921 (BERNARDO, 2003, p. 178-179).

Ora, até ao acordo de Brest-Litovsk de Março de 1918, era generalizada a tese de que a revolução na Rússia não tinha como propósito a edificação de um Estado socialista nacional russo. Pelo contrário, os trabalhadores russos viam o processo revolucionário como uma dinâmica que deveria confluir com outras revoluções a ocidente, unificando assim os processos nacionais de luta num único processo europeu. A sua não concretização prática não apaga o facto de a tendência de desenvolvimento das diversas lutas se operar num plano internacional. Por conseguinte, a concentração de diversos processos de profundas lutas sociais em curtos períodos de tempo parece demonstrar um grau de internacionalização das lutas que está longe de ser negligenciável. Do meu ponto de vista, afigura-se inconsequente querer negar o carácter internacional das ondas revolucionárias de 1848-49, 1916-21, 1968-75 apenas porque não teriam ocorrido processos nacionais identicamente sincronizados. Se se utilizar este critério então também as revoluções nacionais de qualquer tipo também teriam de consumir uma homogeneidade de lutas em todo o território nacional.

Retomando a discussão específica do caso russo de 1917-18, em Brest-Litovsk consumou-se no plano internacional a derrota que vinha ocorrendo no plano social. Dado o que foi apresentado até aqui, e olhando fundamentalmente para a actual secção, parece-me que a atitude final dos bolcheviques em terem aceitado um acordo com as forças imperiais alemãs só é explicável à luz do duplo processo de desorganização social dos comités de fábrica e do avanço estatizante. Sem a vitória no plano da dinâmica classista

da hetero-organização contra a auto-organização, os bolcheviques nunca teriam respaldo político e social para sustentar uma posição que preferiu defender o interesse do Estado nacional russo em detrimento dos interesses do proletariado europeu.

Lénine vai defender a assinatura do acordo de Brest-Litovsk baseando-se em duas premissas que os eventos vieram a infirmar. Em primeiro lugar, Lénine baseia-se no atraso da revolução europeia para justificar um pretensão “vão-se os anéis, ficam os dedos”. “Se a revolução europeia se atrasou no seu nascimento, esperam-nos as derrotas mais duras, porque não temos exército, porque não temos organização, porque não podemos resolver agora estas duas tarefas” (LÉNINE, 7 de Março de 1918, p. 507). Lénine vai assim defender a assinatura do Tratado baseando-se na supremacia da defesa do Estado nacional russo em detrimento da tentativa de unificar o movimento revolucionário ali desencadeado com as movimentações em Viena, Budapeste, as lutas nas barricadas em França, e as crescentes lutas nas ruas e nas fábricas na Finlândia e na Alemanha. Como o próprio admite num discurso no 7º Congresso do Partido Bolchevique, “agora assinamos a paz, temos uma trégua, aproveitamo-la para melhor defender a pátria” (ibidem, p. 508). Lénine vai ainda mais longe e envia os objectivos da revolução internacional para as calendas gregas.

Admito que vos entusiasmeis pela revolução internacional nos campos de batalha, porque ela começará. Tudo chegará no seu tempo, mas agora dedikai-vos à autodisciplina, submetei-vos a todo o custo, para que haja uma ordem exemplar (ibidem, p. 509).

Neste ponto torna-se interessante verificar a dissonância entre as esperanças e os entusiasmos que a perspectiva da revolução internacional oferecia a uma parte relevante do proletariado russo e a ênfase colocada na disciplina e na “ordem exemplar” para salvar a Rússia da invasão alemã. Aqui entra em cena a segunda parte do argumento de Lénine e, do ponto de vista dos factos, o mais grave do ponto de vista político. Segundo Lénine, o exército alemão estaria prestes a tomar Petrogrado, pelo que tal facto justificaria a assinatura do Tratado.

Estou pronto a assinar e considerarei uma obrigação assinar um acordo vinte vezes, cem vezes mais humilhante para obter apenas alguns dias para evacuar Petrogrado, pois alívio com isto os tormentos dos operários que, de outro modo, podem cair sob o jugo dos alemães; facilito a saída de Petrogrado de materiais, pólvora, etc. que nos são necessários (ibidem, p. 511).

Historiadores relativamente simpatizantes do bolchevismo como Deutscher (1972, p. 224) e Carr (1966, p. 93) defenderam que a posição assumida pelos bolcheviques próximos de Lénine era exagerada e equivocada. Parece pouco crível que um exército desmoralizado e à beira do esgotamento físico e psíquico fosse capaz de derrotar camponeses e operários mobilizados em torno de um processo revolucionário que consideravam como seu. Por outro lado, e ainda mais importante, porque um exército imperialista a alguns dias de Petrogrado desistiria de conquistar a então capital russa? Em que é que se justificaria que tal suposto avanço irresistível alemão poderia ou teria de parar quando o filão dourado já só estaria a poucos dias de poder derrubar e derrotar todo um processo que já era percebido em todas as capitais e chancelarias europeias como um perigo para a estabilidade da sociedade capitalista? Se o exército alemão estivesse assim tão próximo de tomar Petrogrado, não prefeririam os capitalistas de todos os países beligerantes evitar o nascimento e consolidação do que à época se pensava ser um regime social anticapitalista? Esta última interrogação tem um pendor mais interrogativo mas não me parece que as respostas dos leninistas às questões anteriores sejam sólidas. Se os comunards de Paris tivessem sugerido um armistício a Thiers e a Bismarck aquando da ofensiva final, estes teriam aceitado? Se as forças militares capitalistas não aceitaram no caso de uma cidade ocupada e controlada por operários, porque não fariam o mesmo em Petrogrado, sabendo que, em caso de sucesso, o desfecho seria ainda mais frutuoso para as classes dominantes?

De facto, como alguém que abordou o assunto em detalhe,

não se tratou só, nem principalmente, de entregar às autoridades da Alemanha, do Império Austro-Húngaro e da Turquia um certo número de territórios, mas sobretudo de lhes reconhecer o controlo absoluto sobre a população desses territórios, permitindo-lhes que, através da repressão e das chacinas, destruíssem a obra de renovação social que os operários e os camponeses aí haviam encetado. A capitulação dos bolchevistas perante as imposições do militarismo imperial alemão representou a desnaturação de um processo revolucionário que até então fora exclusivamente internacionalista (BERNARDO, 2003, p. 432).

No final de 1918, a tal revolução europeia que demoraria a vir já tinha desenvolvido sovietes e comités de base em fábricas e portos do Reino Unido a Helsínquia, passando por quase toda a Europa Central. Entretanto, na Rússia a classe trabalhadora estava tomada pelo avanço da estatização e da correspondente retracção e neutralização dos organismos de base. Dos mais de 200 sovietes que responderam antes do final do prazo de discussão final relativamente à assinatura ou não de um armistício

em Brest-Litovsk, dos mais relevantes apenas dois, o de Sebastopol e o de Petrogrado, se pronunciariam pela assinatura. Como o próprio Trotsky admitiria “uma série de grandes centros operários declarou-se, por uma maioria esmagadora de votos, favorável à ruptura das negociações” (TROTSKY, 1970, p. 444-445). Porém, a contestação a Brest-Litovsk ficaria pelo plano da votação em assembleia.

Assim, a inação prática da classe trabalhadora naquele contexto demonstra que a tragédia de Brest-Litovsk resultou de um prévio processo de desorganização gradual da iniciativa autónoma da classe trabalhadora, logo nos primeiros meses do poder bolchevique. Os efeitos da guerra civil devastadora provocada pelo Exército Branco e pelas potências ocidentais encarregar-se-iam de enterrar o resto da revolução. Doravante, seria

através da disciplina militar que um processo social libertador se converteu num processo de renovação do aparelho repressivo e dos sistemas de exploração. Mostrando-se incapazes de continuar o ímpeto internacionalista, o proletariado industrial russo e sobretudo os camponeses deixaram os aspectos concretos ser tratados em Brest-Litovsk nos termos abstractos do interesse nacional (BERNARDO, 2003, p. 440).

Como poderia ser de outra maneira se já se tinha iniciado o processo de passagem da administração e direcção das empresas para as mãos dos gestores?

V - A gestão das empresas soviéticas

No caso soviético, a gestão das empresas não teve qualquer critério anticapitalista e, pelo contrário, foi totalmente orientada por uma classe social que camuflava o controlo do processo de produção com os discursos da construção do socialismo. O dado mais relevante na substituição do poder de decisão dos comités de fábrica e das assembleias de base foi a instauração do princípio do gestor único nomeado pelas instâncias superiores técnicas do Estado (exemplo, o Vesenska) e/ou com um comissário do Partido Bolchevique a supervisionar. Com a viragem na correlação de forças entre a auto-organização da classe trabalhadora e a hetero-organização conduzida pelo Partido Bolchevique, esta modalidade vertical e unidireccional de poder rapidamente se aplicou nas empresas soviéticas.

Em 1919 apenas 10,8% das empresas na Rússia eram dirigidas pelo gestor único, todavia esta percentagem aumentou dramaticamente

durante 1919-20. Em Petrogrado a resistência ao gestor único foi especialmente forte, particularmente nas maiores fábricas. Em Março de 1920 69% das fábricas empregando mais de 200 trabalhadores ainda eram geridas por uma administração colegial. Os trabalhadores de Petrogrado, que foram os maiores expoentes da democracia nas fábricas em 1917, provaram ser os que ofereceram maior resistência à recentralização da autoridade de gestão durante a guerra civil (SMITH, 1983, p. 242).

Os dados de Kritzman (citado em Brinton 64) publicados logo em 1926 são ligeiramente divergentes, se bem que expressos numa escala territorial mais vasta. Segundo este autor, no final de 1920, das 2051 empresas importantes para as quais existem dados, 1783 já estariam sob a alçada do gestor único. O certo é que a gestão pelo topo estava em franco andamento e a resistência a este processo não foi mais do que isso mesmo: uma resistência, uma tentativa de abrandar um processo. A iniciativa já estava desde o primeiro trimestre de 1918 nas mãos dos bolcheviques. A instauração das administrações das empresas por nomeação directa estatal relacionou-se com o que os bolcheviques chamaram de especialistas. Estes eram o resultado da combinação entre antigos membros da classe dominante russa e a formação de novas fornadas de gestores. Mais tarde, Stáline não apenas recorreria a antigos gestores, mas iria contratar engenheiros e especialistas aos EUA. Mais interessante ainda seria o fenómeno de colocar membros inicialmente ligados à oposição interna (desde dirigentes com ligações ao trotskismo até à facção encabeçada por Bukharine) em posições-chave do ponto de vista técnico. Os casos de Pyatakov, Bubnov, Krestinsky, Preobrazhensky, Rykov ou Ivan Smirnov demonstram a utilização que o stalinismo fez de opositores no período que, grosso modo, mediou 1925-28 e o início das Purgas de 1936-38. Nesse tempo foram vários os opositores colocados em postos-chave de organismos do Estado e da gestão tecnocrática da estrutura económica central soviética. Quando uma nova fornada de gestores se formou, a primeira após a revolução, entrariam em acção os Processos de Moscovo que ajudariam a conferir um grau superior de homogeneidade e de monolitismo político e técnico nas esferas da administração, da produção e militar. Esta breve digressão sobre a primeira fase do período dirigido por Stáline ajuda a perspectivar o processo de formação de uma classe dos gestores homogénea e coesa no Estado soviético.

Regressando ao período anterior, importa perceber que o fascínio dos bolcheviques pelos tecnocratas então existentes resultou numa progressiva aproximação. Se escasseava a visão política estratégica aos tecnocratas não-bolcheviques, ela encontrava-se em abundância nos leninistas que aproveitaram a concessão de altos

privilégios para começar a desenhar a ponte entre os funcionários políticos do partido e dirigentes económicos originários das elites do anterior regime. Sendo assim, “altos directores, gestores e engenheiros, cujos serviços foram rapidamente reconhecidos como indispensáveis, eram conhecidos por especialistas, e eram remunerados com maiores salários e privilégios” (CARR, 1979, p. 23-24). Como se viu acima, o formato do gestor único de coexistência entre administração nomeada pelo Estado e um supervisor bolchevique expressava a formação da classe capitalista dos gestores a partir da aproximação e fusão de dois vectores: os revolucionários profissionais e os tecnocratas. Para além da atoarda de que não seria possível “prescindir do conselho, das directivas das pessoas instruídas, dos intelectuais, dos especialistas” (LÉNINE, 6-9 de Janeiro de 1918, p. 445), Lénine encabeçaria um novo exercício de cintura, onde sempre se revelou um especialista altamente qualificado, para justificar a preponderância dos gestores dentro das empresas. Começando por assumir taxativamente que “os organizadores das empresas verdadeiramente grandes e muito grandes, dos *trusts* e de outras instituições pertencem, em noventa e nove por cento dos casos, à classe dos capitalistas”, o líder bolchevique lembra no seu panfleto contra o “infantilismo de esquerda” que aqueles “são precisamente esses que nós, o partido proletário, devemos admitir como ‘dirigentes’ do processo de trabalho e da organização da produção, pois não há outros que conheçam este assunto pela prática, pela experiência” (LÉNINE, 5 de Maio de 1918, p. 609). Não podia ser maior a desconfiança de Lénine nas capacidades da classe trabalhadora. Precisamente no contexto em que no último ano e pouco a classe trabalhadora tinha sido capaz de organizar milhares de grandes indústrias e outras instituições, Lénine consegue não ver traços positivos na organização de base. Em vez de propor o seu aprofundamento e correcção de naturais dificuldades de organização, aponta antes à entrega da administração das empresas à nova classe dos gestores que se vinha desenhando.

No 8º Congresso do seu partido, Lénine voltaria a justificar a junção dos bolcheviques aos dirigentes económicos.

Só poderemos construir o comunismo quando, mediante os meios da ciência e da técnica burguesas, o tornarmos mais acessível às massas. Não há outro modo de construir a sociedade comunista. E para a construir deste modo é preciso tomar o aparelho da burguesia, é preciso atrair para o trabalho todos estes especialistas (LÉNINE, 19 de Março de 1919, p. 101).

A confusão entre ciência, técnica e gestão é total. A aprendizagem do conhecimento científico e técnico necessário às tarefas laborais mais complexas não

exigia que se devolvesse o poder de gestão a capitalistas. E no moralismo que sempre o caracterizou quando se tratava de marcar uma posição controversa e criticada à sua esquerda, Lénine ripostava da seguinte maneira:

se não queremos cair nas posições do utopismo puro e da fraseologia oca, devemos dizer que devemos ter em conta a experiência dos anos anteriores, que devemos salvaguardar a Constituição conquistada pela revolução, mas para a administração, para a organização do Estado, devemos ter homens que dominem a técnica da administração, que tenham experiência estatal e económica, e esses homens só podemos ir buscá-los à classe que nos precedeu. (LÉNINE, 29 de Março de 1920, p. 268).

Uma leitura cínica das intervenções de Lénine nos congressos do seu partido diria que, sendo o caso de se passar o poder para as mãos dos gestores, então mais vale entregarmos as fichas e defender a imutabilidade das relações sociais existentes. Esta leitura terá permeado a visão dos operários que poucos anos antes teriam participado nos organismos de base? Não há maneira de saber, mas o resultado foi esse. Com efeito, a reconversão de sectores da antiga burguesia proprietária como parte da nova classe dos gestores ocorreria a partir de um processo de partilha de postos governativos entre os dois eixos de formação da classe dos gestores soviéticos. A uni-los encontrava-se o coarctar completo das decisões dos comités de fábrica sobreviventes.

Nas empresas nacionalizadas as decisões do comité de fábrica tinham de ser submetidas à aprovação de um conselho económico administrativo em que os trabalhadores (incluindo os trabalhadores administrativos) não tinham a maioria. Os gestores nomeados pelos *glavki* [organismos estatais locais subordinados ao *Vesenka*] eram geralmente engenheiros e antigos gestores, e entre eles existiam antigos capitalistas (BETTELHEIM, 1976, p 155-156),

Isto é, antigos proprietários agora transformados em gestores empresariais plenos, em articulação com os gestores bolcheviques instalados no aparelho de Estado. Na descrição de um historiador, “uma certa tácita comunidade de interesses poderia ser detectada entre o governo e os membros mais sensíveis e mais moderados dos industriais em regressar a algum tipo de produção ordeira” (CARR, 1966, p. 86-87).

O recurso a antigos elementos da classe dominante czarista não correspondeu apenas a uma necessidade dos bolcheviques. Foi também o resultado da atracção e da estabilidade da institucionalização do poder estatal bolchevique. De facto, se os bolcheviques fossem, como diziam ser, meros representantes da classe trabalhadora, então como explicar a aproximação, aliança e posterior fusão entre grupos sociais de

pretensas classes antagónicas? Na realidade, não se tratavam de classes antagónicas mas de fracções de uma mesma classe social, independentemente da sua origem ser diferenciada. Mas o factor que prevaleceu foi notoriamente o da partilha de interesses de uma mesma classe social que passou a monopolizar os mecanismos de tomada de decisões e a controlar as funções de direcção e gestão do processo de produção, tanto à escala global como à escala de cada empresa. Neste processo, pela homologia de estruturas verticais entre o Partido Bolchevique e a socialização política e económica de ex-dirigentes czaristas, o papel da instituição militar teve um papel importante na confluência dos dois eixos de gestores.

Abordando o “crescente estatuto e influência dos chamados ‘gestores Vermelhos’”, Carr sublinha que

na guerra civil, antigos oficiais czaristas foram empregues na reconstrução e comando do Exército Vermelho; do mesmo modo, de forma a reavivar indústrias essenciais, antigos gestores industriais, e por vezes proprietários de fábricas, foram colocados ao serviço, sob a designação de especialistas, como gestores de empresas nacionalizadas, por vezes sob a supervisão de membros do partido ou de trabalhadores (CARR, 1979, p. 54).

Segundo o mesmo historiador, não se pode falar de uma penetração à socapa de elementos contra-revolucionários no seio das instituições políticas bolcheviques. Pelo contrário, o centro de poder do Estado esteve sempre no Comité Central do Partido Bolchevique e foi daqui que proveio a decisão de fundir o aparelho partidário, o Estado e antigos membros da classe dominante czarista. A adesão de membros da antiga classe dominante czarista ao novo Estado soviético seria fartamente recompensada.

Apesar da sua origem e afiliação predominantemente burguesa, o grupo de “gestores Vermelhos” adquiriu um lugar respeitado e reconhecido na hierarquia soviética; alguns deles foram admitidos no partido – uma recompensa pelos serviços prestados. Eles receberam remunerações acima dos escalões salariais normais, e mesmo em excesso; e eles exerceram uma voz crescentemente poderosa na administração e na política industrial (CARR, 1979, p. 54).

Seria impensável que grupos sociais de classes antagónicas coexistissem no aparelho de Estado, se não fossem realmente parte integrante de uma mesma classe social. Em comum tinham a partilha das mesmas funções socioeconómicas de direcção e administração do aparelho de Estado e da economia. Em dezembro de 1918, no Segundo Congresso dos Centros Económicos Regionais (os glavki),

Molotov analisou a composição de 20 dos mais importantes *glavki*. Das 400 pessoas envolvidas, mais de 10% eram antigos patrões ou seus representantes, 9% eram técnicos, 38% eram funcionários de vários departamentos (incluindo o *Vesenka*) e os restantes 43% eram trabalhadores ou representantes das organizações dos trabalhadores, incluindo sindicatos (citado em BRINTON, 1975, p. 49).

Os dados de Molotov demonstram como os gestores soviéticos se reconstituíram a partir de antigos membros das classes dominantes czaristas mas também a partir da ascensão de ex-operários e de dirigentes partidários a altos cargos de Estado. Com efeito, o processo de controlo e subordinação dos comités de fábrica articulou-se intimamente com o processo de fusão dos dois eixos de constituição de uma classe dos gestores. Em Março de 1918, ao mesmo tempo em que se assinava o Tratado de Paz de Brest-Litovsk, era promulgado um decreto pelo *Vesenka* a definir as funções da gestão na indústria. De acordo com o decreto

cada centro administrativo teria de nomear, para cada empresa, um comissário (que seria o representante do governo e supervisor) e dois directores (um técnico e outro administrativo). O director técnico só poderia ser demitido pelo comissário governamental ou pela Direcção Central daquele sector industrial (BRINTON, 1975, p. 35-36).

Ainda segundo o mesmo decreto “nas empresas nacionalizadas, o controlo operário é exercido pela submissão de todas as declarações e decisões do Comité de Fábrica à aprovação do Conselho Económico e Administrativo” (citado em BRINTON, 1975, p. 36). A juntar a isto, “não mais de metade dos membros do Conselho Administrativo podem ser trabalhadores ou empregados” (*ibidem*). De acordo com as directivas do Estado soviético, a supervisão geral das empresas ficava a cargo dos comissários designados pelo partido e pelo Estado e, em consonância, os directores técnicos das empresas nem sequer respondiam em nada perante os trabalhadores. Todas as decisões seriam tomadas a partir do acordo entre gestores técnicos e gestores políticos bolcheviques.

Num sentido similar, no final do mês de Março de 1918 um decreto do Conselho de Comissários do Povo acerca da “centralização da gestão dos caminhos-de-ferro” legislava pelo fim do controlo operário no sector. Segundo o decreto, o fim do controlo pela base era considerado “um pré-requisito absolutamente necessário para a melhoria das condições do sistema de transporte”, defendendo a necessidade de “uma disciplina laboral de ferro” e de uma “gestão individual” (citado em BRINTON, 1975, p. 37) nos caminhos-de-ferro. A guerra civil ainda não tinha começado, pelo que o pretexto era

minar a democracia de base dos trabalhadores. Mais uma vez se verifica que não foi a guerra civil que abriria condições para a burocratização do processo soviético mas que este processo já estava em velocidade de cruzeiro meses antes da sua eclosão.

Entretanto, em Abril de 1918, no que era considerada como a mais premente tarefa da revolução até então, Lénine diria que

é preciso consolidar o que nós próprios decretámos, legalizámos, discutimos e projectámos, consolidar em formas estáveis de uma *disciplina do trabalho diária*. Esta é a tarefa mais difícil, mas também a mais grata, pois só a sua resolução nos dará a ordem socialista. É preciso aprender a conjugar o democratismo dos comícios das massas trabalhadoras, tempestuoso, que corre como a cheia primaveril, que transpõe todas as margens, com a *disciplina férrea* durante o trabalho, com a *obediência sem reservas* à vontade de uma só pessoa, do dirigente soviético, durante o trabalho. Ainda não aprendemos isto. Mas aprenderemos (LÉNINE, Abril de 1918, p. 583) (todos os itálicos da autoria de Lénine).

Disciplina e obediência inquestionada numa revolução. Ninguém sintetizaria melhor do que Lénine a transformação de um processo de auto-organização num processo de acoplagem das massas operárias à subordinação perante o gestor único nas empresas. Mais tarde, durante os Planos Quinquenais o fervor socialista do operariado não será mais do que a folclorização ritualizada de slogans e palavras de ordem de 15 anos antes. Tal como os fascismos, o socialismo bolchevique utilizaria a *forma* das aspirações socialistas do operariado para lhe dar um *conteúdo* disciplinado, obediente e sacrificial na construção do capitalismo de Estado soviético. A troca de termos entre a prática e o discurso seria a conclusão de uma imensa operação estética de glorificação do poder dos gestores que era percebida como se do poder dos trabalhadores se tratasse.

Referências:

- BERNARDO, João – *Labirintos do fascismo*. Porto: Afrontamento, 2003.
BERNARDO, João – *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1974.
BETTELHEIM, Charles – *Class struggles in the USSR: 1917-23*. New York: Harvester Press, 1976.
BRINTON, Maurice – *The Bolsheviks and Workers' Control*. Montreal: Black Rose Books, 1975.
CARR, Edward – *The Russian Revolution. From Lenin to Stalin*. New York: The Free Press, 1979.
CARR, Edward – *A History of Soviet Russia. The Bolshevik Revolution (1917-1923), Volume II*. Harmondsworth: Penguin, 1966.
DEUTSCHER, Isaac – *Trotsky: Le Prophète Armé (1879-1921)*. Paris: Julliard, 1972.

- LÉNINE, Vladimir – *9º Congresso do PCR (b). Relatório do Comité Central*. In – Obras escolhidas em três tomos – III, Lisboa: Avante, 1920 – 29 de Março p.258-271.
- LÉNINE, Vladimir – *8º Congresso do PCR (b). Relatório sobre o Programa do Partido*. In – Obras escolhidas em três tomos – III, Lisboa: Avante, 1919 – 19 de Março p.91-106.
- LÉNINE, Vladimir – *I Congresso da Internacional Comunista*. In – Obras escolhidas em três tomos – III, Lisboa: Avante, 1919 – 4 de Março, p.76-88.
- LÉNINE, Vladimir – *Acerca do infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – 5 de Maio p.592-613.
- LÉNINE, Vladimir – *As tarefas imediatas do poder soviético*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – Abril p.557-587.
- LÉNINE, Vladimir – *7º Congresso Extraordinário do PCR(b) – Relatório político do Comité Central*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – 7 de Março p.497-512.
- LÉNINE, Vladimir – *Como organizar a emulação?*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1918 – 6-9 de Janeiro, p.441-447.
- LÉNINE, Vladimir – *Projecto de regulamento sobre o controlo operário*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1917 – 26 de Outubro p.408.
- LÉNINE, Vladimir – *Uma das questões fundamentais da revolução*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1917 – 27 de Setembro p.201-206.
- LÉNINE, Vladimir – *O Estado e a Revolução*. In – Obras escolhidas em três tomos – II, Lisboa: Avante, 1917 – Agosto-Setembro p.219-305.
- SMITH, S.A. – *Red Petrograd. Revolution in the factories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- TROTSKY, Leon – *Ma Vie*. Paris: Gallimard, 1970.
- VV. AA. – *The Russian Communist Left 1918-30*. London: International Communist Current, 2005.

Artigo recebido 05 de dezembro de 2016 e aprovado em 28 de fevereiro de 2017.